

Saques nas linhas oficiais não devem ultrapassar US\$ 1 bilhão

por Celso Pinto
de Brasília

O pacote de créditos comerciais oficiais ao Brasil, neste ano, que o FMI fixou em US\$ 2,5 bilhões, pode não chegar a US\$ 2 bilhões. Mesmo que chegue, o governo já estima que dificilmente os desembolsos, ainda em 1984, ultrapassarão US\$ 1 bilhão. Na verdade, apurou este jornal, nas projeções originais para o balanço de pagamentos deste ano o governo brasileiro não contava com nenhum crédito comercial, por duas razões: por conhecer as dificuldades de negociações e para operar com prudência na previsão de ingresso de recursos.

O único crédito já acertado, como se sabe, é o do Eximbank norte-americano, decidido em setembro do ano passado, no valor de US\$ 1,5 bilhão. Até agora, no entanto, ele não foi ativado. O Brasil gostaria de contar com outros US\$ 500 milhões do Eximbank japonês e imagina poder fechar o negócio quando o presidente Figueiredo for a Tóquio, no final deste mês. Por enquanto, contudo, nada está acertado.

Ainda há pontos importantes sendo discutidos entre técnicos brasileiros e japoneses, disse a este jornal o secretário especial para assuntos econômicos da Seplan, Akihiro Ikeda. Além da questão dos créditos comerciais, o Brasil também espera detonar



Akihiro Ikeda

nesta viagem a formalização de aplicações japonesas de US\$ 200 milhões em projetos no cerrado e de irrigação, discutidos há vários anos. Ao Brasil, é claro, interessa separar inteiramente as discussões, até porque são recursos com condições e finalidades bem distintas. Há a possibilidade, contudo, de que os japoneses acabem deduzindo estes US\$ 200 milhões do pacote do Eximbank.

JAPÃO

Para ser rigoroso, não há nada decidido, sequer a concessão de qualquer empréstimo do Eximbank. Os japoneses, ao longo destes vários meses de negociações, levantaram várias objeções, especialmente políticas. Um sinal verde, portanto, também será, se ocorrer, essencialmente político.

Fixou-se, por exemplo, o princípio de que o Japão não deveria conceder cré-

ditos comerciais através de seu Eximbank a países com quem aceitou renegociar seus débitos oficiais através do Clube de Paris. Este é o caso brasileiro. Quando o ministro da Fazenda, Ernane Galvéas, esteve no Japão, em março, ouviu algumas destas argumentações. Na verdade, a posição oficial do governo japonês não se alterou desde esta viagem: em nenhum momento Galvéas — ou os técnicos brasileiros, hoje — ouviram uma concordância japonesa em conceder o crédito, mas tampouco ouviram negati-

vas. Ikeda, que acumula uma vasta experiência de pacientes negociações com os japoneses, consegue enxergar, no meio desta atitude nebulosa, alguns indícios de otimismo, especialmente na postura do próprio Eximbank. De outro lado, como ele argumenta, o Brasil poderia importar algo como US\$ 600 milhões do Japão neste ano, e os exportadores japoneses gostariam que isto acontecesse, mas todos sabem que sem créditos tudo fica muito mais difícil.

Outro ponto — este praticamente resolvido — era um acordo final na contabilidade brasileira e japonesa em relação aos créditos que poderiam ou não ser incluídos no acordo de renegociação do Clube de Paris. Tóquio exigia que esta questão ficasse inteiramente resolvida antes de examinar a concessão do

crédito comercial. No momento, técnicos do Banco Central estão no Japão apurando as últimas arestas, mas não se prevêem complicações nesta área.

SEGURO DE CRÉDITO

Um terceiro ponto de discussões, mas que não se vincula diretamente ao acordo com o Eximbank, é a reabertura da concessão de seguros de créditos comerciais pelo governo japonês ao Brasil. Havia um fundo para estes seguros que se esgotou e não foi repostado porque o governo japonês alega que ele não deve vigorar para países que fizeram acordo através do Clube de Paris. Este assunto deverá arrastar-se ainda durante um bom tempo.

Por todo este quadro, não é possível, por enquanto, dar como certo o pacote de crédito comercial japonês. Os problemas com o Eximbank norte-americano são de outra natureza. Houve várias complicações operacionais para a montagem do programa com o Brasil. O mais recente, como publicou nesta semana este jornal, é a exigência de bancos norte-americanos de um aval adicional do Banco Central, além do oferecido pelo agente financeiro na operação, o Banco do Brasil.

A expectativa, de toda forma, é de que este programa possa começar a operar até o final de maio. Com estes adiamentos, será impossível utilizar ainda em 1984 toda a linha de US\$ 1,5 bilhão.